



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0003550-03.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **IP - 017/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Vinicius Fernando Eliziário e outro**

Aos 28 de abril de 2015, às 16:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Rafael Amâncio Briozo**, Promotor de Justiça, bem como dos réus **VINICIUS FERNANDO ELIZIÁRIO** e **BRUNO DE OLIVEIRA SILVA CARDOSO**, acompanhados dos defensores, o primeiro pela Dra. Erica Corrêa Leite Vieira e o segundo pelo Dr. Theodósio Moreira Pugliesi. Iniciados os trabalhos os réus foram interrogados em termos apartados. O Dr. Defensor do réu Bruno requereu a desistência do pedido de exame de dependência pleiteado a fls. 115. O MM. Juiz homologou a desistência e estando encerrada a instrução determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Ação deve ser julgada procedente. Os réus são confessos e a confissão restou corroborada pelas declarações da vítima na fase administrativa e da testemunha ouvida em juízo. Ambos os réus são primários e as circunstâncias dos fatos são comuns ao delito. E, favor de ambos milita a atenuante da confissão a qual entretanto não pode elevar a pena abaixo do patamar mínimo - sumula 231 do STJ. Ambos os réus tem os requisitos para substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Regime inicial de cumprimento da pena deverá ser o aberto. Diante do exposto insisto no pedido de condenação dos réus nos termos da denúncia. **Dada a palavra À DEFESA do réu Vinicius:** MM. Juiz: O réu demonstra-se arrependido agindo deliberadamente num momento de dificuldade financeira. Porém, em seguida procurou “chefe” Cristiane para delatar o acontecido. O ora acusado é primário e deverá ser beneficiado pela súmula 511 do STJ, ou seja, deverá ser desclassificada a denúncia para furto privilegiado. Isto posto, com o arrependimento e a intenção de devolver o dinheiro deverá ter sua pena reduzida bem como a desclassificação para o crime privilegiado. **Dada a palavra À DEFESA do réu Bruno:** MM. Juiz: Improcede a denúncia nos termos em que foi apresentada. A qualificadora não restou configurada. O réu Bruno mostrou-se arrependido e manifestou o seu desejo de ressarcir a vítima e confessou espontaneamente o crime. O crime aconteceu em momento que o mesmo encontrava-se doente - dependência química – além de possuir dívidas que apesar de não justificar o ato, somadas à parcial incapacidade mental, comprovada pela declaração de médico psiquiátrico, conforme fls. 104. Assim, é caso de improcedência da denúncia nos termos em que foi apresentada, aplicando-se as atenuantes legais que o caso comporta. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. VINÍCIUS FERNANDO ELIZIÁRIO** (RG 47.397.156/SP) e **BRUNO DE OLIVEIRA SILVA CARDOSO** (RG 49.628.987), qualificados nos autos, foram denunciados como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, IV, do Código Penal, porque no dia 09 de outubro de 2012, à noite, na escola “Micropro”, situada na Rua D. Alexandrina, 878, centro, nesta cidade, agindo em concurso, subtraíram da gaveta da escrivaninha da gerente Cristiane de Carvalho Barbosa Sant' Ana cerca de R\$3.200,00 em dinheiro, que repartiram metade para casa um e alguns cheques, os quais destruíram. Bruno e Vinícius trabalhavam naquela escola e no final do expediente daquele dia o primeiro viu quando a gerente, após contar o dinheiro, o guardou na escrivaninha. Assim, ao anoitecer, após a saída de todos os que lá trabalhavam, eles previamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

ajustados, entraram na sala de Cristiane, na qual havia uma câmera de vigilância, e a viraram em direção ao teto. Em seguida, com uma chave que pegaram em um armário, forçaram a fechadura da gaveta e a abriram, subtraindo o dinheiro e os cheques que lá estavam, repartindo o dinheiro entre eles. Recebida a denúncia (fls. 52), o réu Vinícius foi citado pessoalmente (fls. 58/59). O acusado Bruno não foi citado pessoalmente (fls. 55/56), tendo ocorrido a sua citação por edital (fls. 73/75). Posteriormente, Bruno foi localizado e efetuada a sua citação pessoal através de carta precatória (fls. 109/111). Os acusados responderam a acusação através dos respectivos defensores (fls. 71/72 e 113/115). Durante a instrução foi inquirida uma testemunha de acusação (fls. 103/105), sendo os acusados interrogados nesta oportunidade. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação. A Defesa do réu Vinicius requereu o reconhecimento do furto privilegiado, enquanto que o Defensor do réu Bruno requereu a absolvição sustentando estado de necessidade e dependência do réu. **É o relatório. DECIDO.** Está demonstrado nos autos que os réus cometeram o furto que lhes imputa a denúncia. Eles mesmo confessaram a prática delituosa e a confissão de ambos vem referendada na prova produzida nos autos. É tão certa a autoria que os combativos defensores sequer procuraram negá-la. O estado de necessidade arguido pela Defesa de Bruno não pode ser acolhido. Primeiro porque nenhuma demonstração foi feita no sentido de comprovar o estado de penúria do acusado. Em segundo lugar deveria ele buscar nos meios normais e lícitos a solução de seus problemas. No que respeita a alegação de comprometimento de sua higidez mental pelo uso de droga, de ver, inicialmente, que nenhum exame foi feito no sentido de demonstrar tal ocorrência. Além disso, o fato de o réu ser dependente de droga não o torna incapacitado de entender o caráter ilícito do fato que praticou. E no processo este réu demonstrou ter consciência plena da ação delituosa que cometeu. Quanto ao réu Vinicius, não é possível reconhecer a figura do furto privilegiado porquanto não se tratou de subtração de pequeno valor, hoje reconhecida para os casos em que o bem furtado seja de valor inferior ao salário mínimo vigente. Assim, a condenação é medida que se impõe, com o reconhecimento da qualificadora do concurso de agentes, já que os réus agiram de comum acordo e com o mesmo propósito. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena aos réus. Sendo primários e ainda confessos, aplico-lhes desde logo a pena mínima, isto é, a restritiva de liberdade em dois anos de reclusão e a pecuniária em dez dias-multa. Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, delibero substituir a pena restritiva de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo uma de prestação pecuniária, em favor da vítima, no valor de dois salários mínimos, e outra de multa, consistente em dez dias-multa, no valor mínimo. **CONDENO, pois, VINICIUS FERNANDO ELIZIÁRIO e BRUNO DE OLIVEIRA SILVA CARDOSO à pena de dois (2) anos de reclusão e dez (10) dias-multa, no valor mínimo, substituída a primeira por duas penas restritivas de direito, sendo uma de prestação pecuniária em favor da vítima, no valor de dois salários mínimos, vigente na data do pagamento, e outra de multa, consistente em dez dias-multa, no valor mínimo, que se somará à outra aplicada, por terem infringido o artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal.** Em caso de reconversão à pena substituída, o regime será o aberto. Deixo de responsabilizá-los pelo pagamento da taxa judiciária por serem beneficiários da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSORES:

RÉUS: